

**Parecer nº 176/99**

Data: 1999.11.03

Processo nº 691

**Requerente:** Carla Luísa Polido Abrantes

1. Carla Luísa Polido Abrantes, licenciada em psicologia, contratada em regime de avença pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais, solicita que lhe seja permitido o acesso a processos do Instituto de Reinserção Social relativos a reclusos que saíram da “Casa de Saída”. Esta casa é uma estrutura integrada no Estabelecimento Prisional Regional das Caldas da Rainha e constitui a fase final de um programa de tratamento e de preparação da liberdade dos reclusos.

Tal acesso destina-se à realização de uma investigação sobre aquele programa e que visa proceder à avaliação da sua eficácia.

Com o acesso pretende obter os “contactos/moradas” actuais ou mais recentes daqueles reclusos e de pessoas para eles significativas.

2. Pretende igualmente autorização para proceder a articulações com os técnicos dos serviços de reinserção social das Caldas da Rainha e a utilização do “espaço” de acompanhamento individual destes serviços para proceder aos contactos com os reclusos.
3. Diga-se desde já que a autorização referida no ponto 2. não compete a esta Comissão concedê-la, mas ao Instituto de Reinserção Social através do órgão ou entidade competente.
4. Quanto ao acesso aos processos de reclusos reconhece-se que estes, no Instituto de Reinserção Social, contêm massivamente informação de natureza nominativa: informação que contem juízos de valor ou informação sobre a intimidade da vida privada.

5. Dado que o acesso pretendido se destina a fazer uma avaliação sobre um programa executado pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais, considera esta Comissão que o pedido de acesso deve ser formulado por aquele serviço público junto do Instituto e não por um seu funcionário ou agente.

E assim sendo, não se tratará de acesso a documentos administrativos de natureza nominativa por parte de uma cidadã, mas de acesso por serviço público no quadro das suas atribuições.

6. Em conclusão, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos entende que o pedido de acesso a processos do Instituto deve ser formulado, neste caso, pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais junto do Instituto de Reinserção Social.

Lisboa, 3 de Novembro de 1999.

*João Figueiredo (Relator) – José Magalhães – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)*